



## Dificuldade para cumprir a lei<sup>1</sup>

Uma lei nacional de 2005 instituiu a obrigatoriedade de um intérprete para facilitar o aprendizado do aluno surdo na sala de aula. A Associação Blumenauense de Amigos dos Deficientes Auditivos (Abada) reclama que a lei não é cumprida como deveria.

Eles defendem que o portador de deficiência auditiva com perda severa tenha uma escola específica para a alfabetização.

*- A lei é uma mentira. Não há número de profissionais capacitados, então não adianta colocar o aluno surdo com crianças ouvintes se ele não compreende o que está sendo ensinado* - defendeu a fundadora da Abada, Sandra Lúcia Pollo.

A Secretaria de Educação de Blumenau garante que a lei é cumprida, com a contratação de oito facilitadores de comunicação (ouvinte que não fez o teste de proficiência de Libras do MEC, mas domina a língua de sinais), dois intérpretes e dois instrutores de Libras. Segundo a secretaria, a rede municipal tem 18 alunos surdos no ensino regular.

A Gerência Regional de Educação informou que o próprio professor trabalha como intérprete de 1ª a 4ª série nas escolas estaduais. De 5ª a 8ª série e no ensino médio e profissionalizante, há intérpretes especializados: 18 para toda a região.

A integradora de Educação Especial da Gered, Andréia Wilbert, reconhece que seriam necessários pelo menos 28 para a demanda.



Santa Catarina Brasil

<sup>1</sup> **Fuente:** [http://www.clicrbs.com.br/diariocatarinense\\_21/05/2009](http://www.clicrbs.com.br/diariocatarinense_21/05/2009). Información enviada por Antonio Campos de Abreu.